



# **Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

**PARECER DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO DO**  
**PROJETO DE LEI Nº 043/2021.**



**EM REQUERIMENTO**

## **RELATÓRIO**

**13 AGO. 2021**

1

O Projeto de Lei nº 043/2021, que “**Dispõe sobre a obrigatoriedade da divulgação de listagens de pacientes que aguardam por consultas com médicos especialistas, exames e cirurgias na rede pública de saúde municipal de Conselheiro Lafaiete.**”, de autoria do Vereador Oswaldo Alves Barbosa, vem a esta Comissão para emissão de parecer, de conformidade com o art. 89, inciso II, do Regimento Interno.

## **FUNDAMENTAÇÃO**

O projeto de lei visa obrigar a divulgação da listagem dos pacientes que aguardam consultas com médicos especialistas, exames e cirurgias a serem realizadas na rede pública de saúde municipal de Conselheiro Lafaiete e unidades conveniadas que recebem recursos públicos municipais.

A proposta em questão, em relação à competência, está devidamente amparada pela Lei Orgânica Municipal, em seu art. 13, IX.

Em relação à iniciativa, a matéria tratada no presente projeto encontra-se em uma zona de fronteira entre a competência parlamentar e aquela exclusiva do Chefe do Poder Executivo. Entretanto, apesar de ser controverso, reputamos que merece ser admitida a iniciativa parlamentar, uma vez que não está criando uma nova atribuição aos órgãos da Administração Pública, porque já constitui obrigação do Executivo a publicidade dos atos administrativos, nos termos do art. 37 da Constituição da república, estando o projeto apenas ampliando seu alcance.

O Município de Conselheiro Lafaiete possui legislação correlata a tratada pela presente proposição, por exemplo, a Lei Municipal 5.961/19 e a Lei 5.705/14 que promovem a efetividade do princípio constitucional da publicidade.

Saliente-se que a publicidade constitui princípio da Administração Pública e, portanto, deve ser perseguida com vigor, de forma que realmente chegue à população as informações de interesse coletivo. Nesse sentido, o Legislativo não está usurpando competência do Executivo, mas simplesmente regulamentando uma obrigação já assentada no ordenamento jurídico Municipal.

A iniciativa concretiza a finalidade do mandato parlamentar, que está arrimado no princípio da representatividade, sendo demanda social o conhecimento da listagem dos pacientes que aguardam consultas com médicos especialistas, exames e

Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete-MG  
-06-Ago-2021-15:44-035866-1/2





**Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**

**PARECER DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO AO  
PROJETO DE LEI Nº 043/2021.**

cirurgias a serem realizadas na rede pública de saúde municipal de Conselheiro Lafaiete e unidades conveniadas que recebem recursos públicos municipais.

2

**CONCLUSÃO**

Diante dos argumentos retro, concluímos que o projeto merece seguir para votação em plenário.

É o nosso parecer.

SALA DAS COMISSÕES, 04 DE AGOSTO DE 2021.

VEREADOR PEDRO AMÉRICO DE ALMEIDA

VEREADOR WASHINGTON FERNANDO BANDEIRA

VEREADOR DAMIRES RINARLLY OLIVEIRA PINTO





# Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete

ESTADO DE MINAS GERAIS

EXPEDIENTE

Comunicado nº 104/2021

1 J AGO. 2021

*Comunicamos aos membros da Serviços Públicos, Administração Municipal, Política Urbana e Rural, Vereadores Eustáquio Cândido da Silva, Sandro José dos Santos e André Luís de Menezes, que o Projeto abaixo relacionado já se encontra à disposição da Comissão para parecer, e que o prazo regimental para o mesmo é de 10 (dez) dias, conforme dispõe o § 4º do art. 106 c/c art. 342 do Regimento Interno.*

*Comunicamos também que o Projeto relacionado já foi previamente analisado pela Procuradoria do Legislativo e pela Comissão de Legislação e Justiça.*

Nº	Assunto	Autor
Projeto de Lei 043/2021	Dispõe sobre a obrigatoriedade da divulgação de listagens de pacientes que aguardam por consultas com médicos especialistas, exames e cirurgias na rede pública de saúde municipal de Conselheiro Lafaiete.	Vereador Oswaldo Alves Barbosa

  
Glicínea da Consolação Teles  
Procuradora do Legislativo  
OAB/MG 81.681